

O COORDENADOR PEDAGÓGICO E A REALIDADE ESCOLAR: UM ESTUDO SOBRE O TRABALHO NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE BREVES/MARAJÓ/PARÁ¹

Prof.^a Solange Pereira da Silva

Mestre em Educação

Universidade Federal do Pará, solangesilva@ufpa.br

Prof. Raimundo Renato Balieiro Ferreira

Especialista em Pedagogia Inclusiva

Universidade Federal do Pará, renatouepabio@gmail.com

RESUMO

Este artigo discute parte dos resultados de uma pesquisa em andamento sobre o trabalho do coordenador pedagógico em escolas do meio urbano do município de Breves, localizado na Ilha do Marajó, com objetivo de analisar como tem sido realizado o trabalho do professor coordenador pedagógico nas escolas. A pesquisa pretende investigar 32 escolas na área urbana do município. Optou-se pela abordagem teórico-metodológica do materialismo histórico dialético, na perspectiva de compreender o objeto anunciado a partir de suas contradições e histórias. Utilizou-se como instrumentos de pesquisa, o uso das entrevistas, o acompanhamento da rotina do coordenador nas escolas. Apresenta-se uma análise parcial da pesquisa, e conclui-se que, o trabalho realizado pelos coordenadores descritos no quadro de síntese mostra um profissional multifuncional, distanciado, em sua maioria das vezes, dos objetivos de uma ação pedagógica de uma escola democrática.

Palavras chave: Trabalho. Escola. Coordenação pedagógica.

INTRODUÇÃO

Atuação do coordenador na escola exige-se para além dos processos organizativos, um conjunto de saberes e conhecimentos inseparáveis dos fazeres pedagógicos, entres eles, as condições de trabalhos, a consciência de sua práxis numa perspectiva coletiva e social. Nesse sentido o presente texto, apresenta os resultados de uma pesquisa em andamento, realizada em cinco escolas de 1º ao 5º ano do ensino fundamental, localizada na área urbana do município de Breves². A pesquisa tem por objetivo analisar como tem sido realizado o trabalho do coordenador pedagógico nas escolas.

Esse trabalho, parte da perspectiva marxista de que “toda vida social é essencialmente prática, todos os mistérios que conduzem ao misticismo encontram sua solução racional na práxis humana e na compreensão dessa práxis”. (MARX, 2001, p.102)). Neste sentido, a problematização

¹ Projeto de Pesquisa em andamento, sem financiamento 2016. Tem por objeto de estudo, pesquisar sobre o trabalho do coordenador das 32 escolas da área urbana do município de Breves, com a finalidade de contribuir para o processo de formação inicial de professores dos acadêmicos do Curso de Pedagogia da UFPA, Campus Universitário do Marajó Breves.

² Centralizado na mesorregião e se destaca por ser o município mais populoso da Ilha do Marajó. O acesso para o município de Breves é realizado via transporte aéreo e fluvial. Localizado a margem do rio Parahuaru é rota Intermunicipal além de Estadual, de Belém para Macapá e outras cidades circunvizinhas.

da realidade é necessária para o entendimento de como tem sido realizado materializado o trabalho pedagógico no ambiente escolar. Utilizou-se de base para este texto, a síntese das entrevistas já coletadas, apresentando duas categorias de análise. No primeiro tópico, propõem-se uma breve discussão teórica acerca do trabalho pedagógico em ambiente escolar. No segundo tópico, apresenta dois quadro de síntese das entrevistas e aproveita-se para aprofundar a discussão já iniciada e problematizar algumas situações encontradas.

2. Trabalho pedagógico e as mudanças no âmbito educacional

Partimos do entendimento de Silva (2014, p.56), que “a transformação do trabalho humano em mercadoria, mascara a relação do trabalho com a educação, pois ao negar aos trabalhadores o resultado do seu próprio trabalho, produz diferenciação entre trabalhadores manuais e trabalhadores intelectuais”. Em função das questões apontadas pela autora, refletir sobre o trabalho do coordenador, corrobora-se com Domingues (2014, p. 154) ao mencionar que, “os limites criados pelo próprio sistema, impõem dificuldades dos coordenadores enfrentarem na ação formativa, o individualismo da profissão, que impedem o trabalho coletivo e questões organizacionais”

Uma breve revisão das literaturas já produzidas, sobre a conjuntura que foi-se reorganizado as novas formas de gestão da escola, destaca-se algumas questões pertinentes ao tema. Para Oliveira (2004, p.1140), no contexto das reformas educacionais ensejado pelos movimentos, “a gestão democrática foram marcado pelo aumento da participação da comunidade na escola, nos processos decisórios”. Entretanto, desde que a gestão democrática do ensino público passou a ser uma exigência legal, com a sua inclusão no art. 206 da Constituição Federal da República, em 1988, “as redes públicas de ensino no Brasil viram-se diante do desafio de pensar instrumentos e canais de participação mais efetivos na gestão das escolas”. (OLIVEIRA 2004, p.1140).

No contexto deste desenvolvimento histórico, a LDB de nº 9.939/96, reafirmou maiores responsabilidades para a instituição educacional e seus profissionais. Em relação ao trabalho do coordenador pedagógico no âmbito escolar, aplicou-se os princípios da divisão do trabalho, aumentando a carga de responsabilidades, sem aumentar o número de profissionais. Para Lima (2007, p.26), os coordenadores pedagógicos acabam fazendo o trabalho de outros profissionais, *ele resolve tudo*, assumindo até mesmo a posição de gerenciamento da escola, dificultando a realização de sua verdadeira função”. As questões frisadas pelo autor, se aproximam das diferentes realidades apresentadas na pesquisa em andamento realizada nas escolas urbanas do município de Breves.

3. Resultados e discussões pertinente acerca do trabalho do coordenador

Para situar o debate com relação ao que nos interessa evidenciar, definiu-se duas categoria de análise a partir dos dados coletados em cinco escolas. O acompanhamento do trabalho do coordenador pedagógico na escola, e a segunda foi a realização de entrevistas. Em relação ao acompanhamento da rotina dos coordenadores das escolas, observou-se várias questões, entre elas, as práticas de acolhimentos na entradas dos alunos, descritas no quadro abaixo:

Quadro I – Práticas de Acolhimento das escolas

Acolhimento	Descrição da rotina
Escola A	Os alunos são levados para a capela e participam de uma programação, com cantos e oração, sob responsabilidade de dois professores. Utilizam caixa de som e microfone.
Escola B	Os alunos são levados para o ginásio. Primeiro acontece um momento de reflexão, sobre o comportamento dos alunos em seguida realizam a oração do pai nosso.
Escola C	Os alunos entram para as salas, e antes de iniciarem as aulas, os professores realizam as orações do pai nosso;
Escola D	A rotina de acolhimento seguia normalmente no pátio. Realizavam uma espécie de sabatina, através de temas como comportamento e regras. Seguida, era feito leitura bíblica e a oração do pai nosso; os alunos ficavam impacientes, reclamavam entre si.
Escola E	Os alunos eram levados para o ginásio em fileiras e, participavam das atividades de orações, cada turma acompanhada pelo professor, posteriormente eram conduzidos para a sala de aula.

Fonte: observação e coleta de dados (2016).

A síntese das rotinas pedagógicas observadas durante uma semana, duas questões chamaram atenção: a forma de acolhimento realizado durante toda semana e as práticas religiosas como ação pedagógica. Destaca-se que, os procedimentos observados, são repetidos continuamente durante todo o ano letivo. Em relação a forma de acolhimento, existe uma crença envolto dos professores e coordenadores, que os alunos precisavam passar por essa sabatina, “*para serem melhores*”, “*mais comportados*”. A representação de Deus e do inferno é algo bem presente, nas lições dadas durante algumas atividades observadas, como se fosse possível realizar uma espécie de confissão das crianças e adolescentes.

As práticas evidenciadas, contrapõem-se as orientações normativas. De acordo com a LDB, no, Art. 33, [...] é, “assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo”. Destaca-se o Documento da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (2004), de que o “Estado Brasileiro é laico. Isso significa que ele não deve ter, e não tem religião, tem, sim, o dever de garantir a liberdade religiosa”. Neste sentido, “o ensino da religião nas escolas precisa reconhecer “as diversidade de experiências religiosas e as formas de diálogo, bem como, a convivência, o respeito, a tolerância e a solidariedade com o diferente”. (BRASIL, 2010).

A situação confrontada pela prática pedagógica, orientada com base na religiosidade e autoritarismo, nos permite analisar com base em Enguita (1989, p.185), que, “o processo de alienação dos alunos em relação a produção de conhecimento nos espaços transparentes como pátio, recreio, entradas controladas, são estabelecidos para manter a vigilância constante [...] e estabelecido sem envolvimento dos alunos”. Destaca-se, nessas práticas um viés tradicional, associado a “concepção essencialista”³ cabendo, neste caso, à educação conformar-se à sua essência, ou seja, o ato de “rezar”, “ouvir pregações bíblicas”, pode transformar os alunos que estão em situação de vulnerabilidade social, oriundos de uma estrutura familiar com situações econômicas desfavorecidas, e uma parte significativa recebem auxílio de programas para garantir a sobrevivência.

Em relação ao trabalho pedagógico com os professores, o tempo para o planejamento e formação continuada, as cinco escolas pesquisadas apresentam realidades diferenciadas, descritas no quadro abaixo:

Quadro II – Cotidiano pedagógico nas escolas

Escolas	CORDENADORES
A	“Tentamos estabelecer parceria de verdade. Os docentes são responsáveis por acompanhar os alunos e nos repassar os problemas, que serão debatidos nas reuniões realizadas nos sábados, para resolver eventuais problemas. No início do ano os conteúdos são reformulados e o professor pode mudar. É feito o acompanhamento do diário de classe, para verificar o trabalho do professor. São desenvolvidos projetos como as orações para acolhimentos, aniversário da cidade, dia dos pais, dia das mães. Gastamos bastante tempo preenchendo fichas, e realizando trabalho administrativo”. (Coord. Maria).
B	“Estamos sempre disponível para tirar dúvidas, fazemos reuniões, não só com os professores, mas com todos os funcionários. Temos várias dificuldades principalmente de recursos, a escola não tem água. Falta recursos para o trabalho pedagógico, o professor não pode tirar do bolso, e as vezes tira para comprar. Quase não temos tempo para outras atividades pedagógicas, como formação continuada, planejamentos quinzenais, as vezes, são marcadas para o sábado”. (Coord. Márcia).
C	“Trabalho com as necessidades dos professores de forma individual: visualização do plano de aula, dar as dicas pedagógicas. As reuniões coletivas pedagógicas quase não acontecem, porque atropelam o calendário. A formação continuada nunca acontece. Somos responsável pelo acolhimento dos alunos, quando o aluno se machuca ou passa mal levamos para o hospital. Os professores realizam projetos em suas salas, de datas específicas. O trabalho com o PDE da escola consome muito tempo, além do gerenciamento das frequências para garantir o bolsa família dos alunos”. (Coord. Sandra)
D	“As reuniões são realizadas todas as quintas feiras. Junto com a direção são definidas as pautas da semana. Aqui na escola, o nosso trabalho é focado com as famílias, e com os alunos que geralmente passam mal e temos que prestar socorro levando para o hospital. Controlamos as frequências para garantir o bolsa família dos alunos. Temos desenvolvidos projetos para atendimentos dos alunos deficiente. O trabalho direto com o PDE da escola

³ Era as ideias pedagógicas expressas no Ratio, que correspondem ao que passou a ser conhecido na modernidade como Pedagogia Tradicional. Essa concepção pedagógica se caracteriza por uma visão essencialista de homem, isto é, o homem é concebido como constituído por uma essência universal e imutável. Dermeval Saviani, Campinas, 2012. www.histedbr.fe.unicamp.br/

	consome muito o tempo [...], são muitas planilha e planos. Sentimos falta de reuniões para realização de formação continuada com os professores e realização de planejamento”. (Coord. Maria).
--	--

Fonte: Entrevistas com os coordenadores das escolas – 2016.

O quadro sintetiza as entrevistas realizadas com coordenadores nas cinco escolas pesquisadas, sendo perceptível a fragilização do trabalho do coordenador no interior da escola, em virtude das responsabilidades exigidas para sua atuação. De acordo com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de nº 9.394/96, “são responsabilidades desses profissionais com a instituição educacional, acompanhamento dos alunos, a elaboração do projeto político pedagógico, a gestão administrativa, financeira e pedagógica”. Os estudos de Oliveira (2004, p.1139) argumentam que as reformas educacionais reestruturou o trabalho dos docentes “sintetizado na expressão largamente utilizada nos estudos produzidos pelos organismos internacionais pertencentes à ONU, [...] na relação da educação com a *transformação produtiva e equidade social*”.

Nessa lógica, o trabalho do coordenador é permeado por uma organização burocrática, e vem sendo reestruturado, dando lugar a uma nova forma de organização da escola para dar conta das questões sociais, dos recursos financeiros, e da organização pedagógica. Para Abdalla (2008, p.180), “a função do coordenador pedagógico nessa lógica, legitima o Estado via ideologia tecnocrática – via competência técnica, que é tecnicamente incompetente, porque não é comprometida com o social, com o público.” O entendimento da autora, nos remete a contradição envolta do trabalho do professor coordenador, que vem sendo rediscutido ao longo de sua existência. Nos anos de 1970, no Estado autoritário exerceu a função de supervisionar no âmbito escolar, a partir de controle e mecanismos de vigilância. A partir dos anos de 1990, tornou-se um profissional com múltiplas funções, entre elas, o trabalho de administrador dos recursos financeiros.

Um dos cerne para os fins da educação na opinião de Saviani (2012, p.64) “centra-se na igualdade essencial entre os homens, porém, a igualdade em termos reais e não apenas formais”. No contexto da pesquisa em andamento, observa-se duas questões iniciais, o deslocamento do trabalho do coordenador de suas funções de organização do trabalho pedagógico e a precarização do seu trabalho. Pois, “destituídos da sua capacidade de pensar, não sobra tempo para as trocas de experiências com os seus pares, e, dialogar com outros profissionais na busca de soluções pedagógicas diferentes para problemas comuns nas escolas”. (DOMINGUES, 2014, p.37).

Considerações finais

O trabalho realizado pelos coordenadores e descrito nos quadros de síntese, mostra o processo de flexibilização e precarização das relações com o trabalho pedagógico. Revelam um profissional com inúmeras atribuições, no entanto, distanciado do acompanhamento pedagógico e didático dos professores, em prol do ensino-aprendizagem dos alunos. As deliberações coletivas, ora exercem função individualizada com os professores, ora centrada na direção da escola e nos planejamentos que serão direcionados para os professores. A ausência do planejamento coletivo, a formação continuada, retira todo o caráter político considerado essencial na organização do trabalho pedagógico no interior da escola.

Referências

ABDALLA, Maria de Fátima Barbosa. O senso prático de ser e estar na profissão. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional: Lei 9394/96, LDB de nº 9.394/96. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394. Acesso dia 11/10/2016.

_____. Resolução nº 001/2010. Sistema Estadual de Ensino do Pará. Disponível em www.cee.pa.gov.br Acesso dia 11/10/2016.

_____. Diversidade religiosa e Direitos Humanos. 2010. Disponível em www.portaldoservidor.ba.gov.br Acesso dia 12/09/2016

DOMINGUES, Isaneide. O coordenador pedagógico e a formação contínua do docente. 1. ed. São Paulo: Cortez 2014.

ENGUITA, Mariano Fernández. A face oculta da escola. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

LIMA, Paulo Gomes. O coordenador Pedagógico na Educação Básica: Desafios e perspectivas. Revista da Educação, São Paulo V. 2, N.4, p. 77 – 90 julho/dezembro 2007.

MARX, Kal & ENGELS. Ideologia Alemã. Trad. Luis Claudio de Castro e Costa. 3º ed. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1127-1144, Set./Dez. 2004 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso 08/09/2016.

PARO, VITOR Henrique. Crítica da estrutura da escola. São Paulo. Cortez, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **As concepções pedagógicas na história da educação brasileira**. Campinas, 2012. www.histedbr.fe.unicamp.br/ Acesso dia 08/09/2016.